

Ceilândia: o pensado e o feito (II)

arquiteto Paulo Bicca
especial para o Jornal de Brasília

A existência da Ceilândia revela, dentro dos princípios do moderno urbanismo, contradições que não foram até então explicitadas. Uma delas diz respeito ao tipo e a qualidade das relações que se estabelecem entre espaços e equipamentos destinados, no seu uso, a classes sociais diferentes.

Retomando o trato das questões relativas ao "núcleo habitacional" Ceilândia tentamos analisar os aspectos que dizem respeito às "justificativas" apresentadas pelos seus idealizadores (Secretaria do Serviço Social do DF), no que se refere à explicação dos motivos da transferência e da implantação no local então escolhido.

Se trazemos à baila tais questões e o fazemos da forma que se segue, não é por que imaginemos que seria possível hoje passar uma borracha por cima de tudo o que foi feito, voltando-se assim à situação existente no início de 71, quando tínhamos, fronteiro ao Núcleo Bandeirante, as **invasões que depois foram invadidas** pelos "planejadores", eminentemente "técnicos" e "neutros".

Os compromissos materiais e ideológicos com a atitude geradora da Ceilândia existem e de forma extremamente forte, dentro da atual estrutura de poder e decisão, impedindo que se pense na efetiva possibilidade de se voltar atrás.

Aprender um pouco mais, com o fato Ceilândia, por ora é o que nos resta, na medida que os próprios entraves efetivos com os quais sempre temos nos defrontado é que coloca como de imperiosa necessidade que os arquitetos e todos aqueles indivíduos preocupados com a qualidade do **habitat** analisem criticamente cada uma destas situações no sentido de continuar num esforço que vise impedir que novos e semelhantes erros venham a ser cometidos.

O que hoje aí temos, reflete uma forma de encarar e tentar resolver as contradições que tornaram Ceilândia possível.

Afirmar que as contradições existentes e manifestas, no caso, a nível do espaço ur-

bano eram e são responsáveis por ocorridos de natureza semelhante ao nosso objeto de estudo, nos leva, necessariamente a tentar identificá-las, e o faremos a partir do próprio trabalho elaborado pelo então Governo do Distrito Federal.

E o faremos independente da maior ou menor explicitação que das mesmas o trabalho possa fazer e independente da qualidade do conhecimento sobre elas manifesto.

Uma delas, e talvez a contradição básica a nível do espaço urbano, diz respeito ao tipo e a qualidade das relações que se estabelecem entre espaços e equipamentos destinados, no seu uso, a classes sociais diferentes.

É aí que podemos constatar que tão mais antagônicas são as relações mantidas por estes espaços distintos, quanto mais antagônicas forem, historicamente, as classes sociais que deles se apropriam.

Podemos mesmo afirmar que esta contradição tem sido, ao longo dos tempos, se não a maior, pelo menos uma das maiores responsáveis pela forma como as nossas cidades têm-se "desenhado", na medida que engendra e comanda todos os mecanismos que, em última instância, irão estruturar e qualificar o conjunto de interações que se estabelece entre todos os componentes do **fato urbano**, bem como nas relações existentes entre a cidade e o campo.

Não são e não serão, por mais que muitos se esforcem a nos fazer crer, as regras do **racionalismo urbanístico** os elementos fundamentais e maiores responsáveis pelo desenho e configuração espacial do nosso **habitat** (mesmo em casos como Brasília), mas sim a **racionalidade** inerente ao próprio fato

arquitetônico, enquanto manifestação e arte integrante de uma dada estrutura social.

Elementos teóricos existem e que nos auxiliam na demonstração do que afirmamos mas, se isto não fosse suficientemente, outro argumento mais forte e irrefutável teríamos, qual seja a **realidade vivida por todas as cidades brasileiras** e por todas as demais cidades pertencentes a realidades sociais semelhantes à nossa.

Limitar-nos-emos entretanto ao trabalho Ceilândia, e é aí que vamos encontrar manifestações tais como "melhorar as condições de vida da população marginalizada, oferecendo-lhe possibilidades de integração na comunidade do Distrito Federal", a qual se segue uma outra que a completa e resume; somado a esta nos dá uma visão bastante abrangente da situação e do quadro de intenções geradoras do plano: "necessidade de preservação do Plano Urbanístico de Brasília".

Como se pode daí deduzir, a transferência das invasões refletiu a existência de dois aspectos distintos, mas intimamente relacionados entre si, e que nesta relação e na forma como as mesmas foram encaradas pelos elaboradores do trabalho, nos revela não só a presença de uma contradição necessária de ser resolvida, mas também uma determinada maneira de se tentar resolvê-la.

Como contradição encontramos aquela manifesta e relativa impossibilidade de classes sociais distintas possuírem espaços iguais e, portanto, poderem habitar o mesmo espaço homogêneo. E, como maneira de "resolvê-la" identificamos aquela que visou, em primeira e última instância, preservar aqueles espaços e equipamentos destinados às classes ou grupos sociais, que definidos basicamente por sua situação econômica,

ocupam uma posição mais elevada na hierarquizada pirâmide social.

A manifesta tentativa de "integrar" a população "marginal" à comunidade do Distrito Federal, manifesta, por outro lado uma falsa compreensão do problema, na medida que, ao colocar como antíteses a não integração e a integração, não se apercebe que o que de fato existe não pode ser retratado ou conhecido através desta falsa dualidade, na medida que a realidade concreta revela uma e somente uma, das duas situações colocadas frente a frente. Trata-se da integração, mas de uma integração preñe de contradições a sua forma de existência.

Não se tratava pois de integração, na medida que é impossível integrar aquilo que já esta integrado. E não está por aí o caminho a ser seguido na solução dos conflitos manifestos.

Outrossim, a manifesta tentativa e preocupação com a preservação do Plano Piloto, com um dos tantos argumentos utilizados para explicar e justificar a remoção das invasões, expressa isto de forma plena.

Não se trata, por outro lado, de nos colocarmos em posições que se definam pela defesa ou não da obra pensada por Lúcio Costa, mas sim de levantar o pano que esconde questões que o trabalho Ceilândia, bem como a maioria dos planos feitos por este Brasil, se negam a enxergar e, portanto se negam a tratá-las e responder as perguntas que as memas nos formulam.

Tais questões estão ligadas ao fato da efetiva impossibilidade (basicamente econômica) de, nas atuais condições, certos grupos sociais viverem em espaços como os do Plano Piloto. Mas ao mesmo tempo revela, e aí

está uma das manifestações mais patentes das contradições que apontamos que este (seus espaços e sua população) não pode prescindir da existência de outros espaços que abriguem aquelas pessoas, caracterizadamente como pertencendo a uma população de baixa renda, e que nele trabalham. E, por estranha ironia, trabalham exatamente na construção e manutenção de um **habitat** que não lhes pertence.

Por outro lado, o tipo de "solução" apresentada revela que estas contradições foram notadas e que a tentativa de resolvê-las colocava (como hoje continua a sê-lo), como elementos principais e determinantes das atitudes a serem tomadas, a população e os espaços do Plano Piloto, definindo, a partir daí, que estes é que deveriam ter os seus interesses atendidos.

Eis certas questões que o objeto Ceilândia nos coloca. São questões que transcendem o seu universo e se fazem presentes a cada momento da produção e apropriação dos espaços habitados.

Infelizmente a aprendizagem obtida pelo estudo destes fenômenos, bem como o conhecimento dos fatores que regem a forma e a qualidade de suas existências certamente ainda continuarão obrigados a permanecer apenas como uma reserva potencial. Impossibilitados que estão hoje de dirigirem os atos geradores do **habitat**, de forma coerente com os propósitos e intenções que serviram de terreno fértil e que colocaram como de fundamental importância a criação consciente dos elementos que nos permitem enxergar a realidade, despindo-a de toda a fantasia que outra função não tem que não seja a de mistificar a sua concreta existência.